

*A Mentira na Política e a Imagem da Verdade*  
*THE LAY IN POLITICS AND THE IMAGE OF TRUTH*  
*Dulce Critelli\**

---

\* Professora Titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atuação e pesquisa orientados pela fenomenologia existencial, com foco no pensamento de Hannah Arendt e Martin Heidegger.

No dia 1 de Maio do ano 62 a.C., na casa do Imperador Júlio César e organizada por Pompeia Sula, sua segunda mulher, realizou-se a festa da Bona Dea (“Boa deusa”), uma orgia báquica reservada exclusivamente às mulheres.

Pompeia era uma jovem admirada por sua beleza e Publius Clodius, um moço rico e atrevido, apaixonou-se por ela. No dia da festa, Publius resolveu disfarçar-se de tocadora de lira e entrou clandestinamente na festa, esperando com isso se aproximar da imperatriz. No entanto, a mãe de César, Aurélia, descobriu o invasor e o expulsou do festejo. No mesmo dia, não só o ocorrido se espalhou por Roma, como também César decretou seu divórcio de Pompeia.

O caso ganhou evidência e acabou indo a tribunal. O próprio Imperador foi chamado para depor como testemunha do ocorrido, mas estranhamente afirmou que nada tinha e nada sabia contra o suposto invasor. Os senadores ficaram muito surpresos com a afirmação do imperador e mais tarde lhe perguntaram por qual motivo, então, teria ele se divorciado de Pompeia. O imperador simplesmente respondeu: “a mulher de César deve estar acima de qualquer suspeita”.

A afirmação do Imperador transformou-se no conhecido dito popular: “À mulher de César não basta ser honesta, ela deve parecer honesta”. À luz dos dias atuais a mesma frase ganha uma outra versão, aparentemente mais corriqueira e significativa para nós, a saber: “A mulher de César não precisa ser honesta, basta-lhe parecer honesta”.

A história e os ditados dela derivados, de imediato parecem falar de uma questão apenas de natureza moral. No entanto, atingem não só um

dos temas mais fundamentais da filosofia, a relação entre ser e aparecer, como também alcançam o âmbito dos litígios políticos, reconstituindo a polêmica associação entre filosofia e política.

A questão das relações entre “ser e aparecer” remonta ao nascimento da filosofia, e se estende até hoje, como podemos observar nas obras de Tales, Anaximandro, Heráclito, Parmênides, Platão, Aristóteles, Descartes, Kant, Hegel...

Heidegger, entre outros, retoma a questão da relação entre ser e aparecer, tornando-a central no todo de sua obra. Em “Ser e Tempo” (Heidegger, 1997), por exemplo, desenvolve a ideia de que tudo o que é, o ente, mostra-se a nós tanto como aquilo que é e, como aquilo que não é. Os entes nos apareceriam como o que não são de três modos diferentes: como **parecer ser**, como aparência e como **mera aparência**.

O **parecer ser** corresponderia, por exemplo, ao que chamamos de ilusão de ótica, através da qual vemos um bastão mergulhado num copo de água pela metade e o percebemos quebrado, ou um risco na parede parece nos parece ser uma rachadura. Uma ilusão de ótica não é de imediato percebida por nós como sendo uma ilusão ou um engano, pois tudo aquilo com que nos deparamos, sempre nos parece ser verdadeiro. Somente quando mudamos de lugar ou de perspectiva é que verificamos que o bastão não estava quebrado, ou que o risco na parede não era uma rachadura. O mesmo se dá quando nos enganamos com alguém, supondo-o confiável e só futuramente alguma atitude sua o revelará com um caráter totalmente oposto.

A **aparência**, por sua vez, refere-se aos símbolos, sintomas, emblemas... que fazem algo aparecer. Ela se refere ao ente que, por si mes-

mo, não pode aparecer e depende do aparecimento de outro ente para sua própria manifestação. Assim são a pátria, que depende da Bandeira ou da Constituição para aparecer, ou o amor que se revela em gestos e palavras...

Por último, Heidegger nos fala da **mera aparência**, que implicaria no mostrar-se dissimulado dos entes, tal como um dólar ou uma joia falsa, que são apenas simulacros de uma joia verdadeira ou de um dólar autêntico. Um boato também é a mera aparência de uma notícia verdadeira, assim como um pinguim de louça sobre uma geladeira simula um pinguim verdadeiro em cima de um bloco de gelo. A diferença entre o parecer ser e a mera aparência é que, enquanto o primeiro refere-se a um mero engano, o segundo evidencia uma simulação.

Tudo o que é, na interpretação de Heidegger sempre está associado ao que ele mesmo não é. O caminho do homem é, assim, o caminho da errância, ideia que o filósofo reafirma com ênfase na segunda fase de seu pensamento, através da retomada da “aléthea”, do des-ocultamento, da revelação em que toda verdade abrange sua não-verdade. (Heidegger, 1970)

Em “A Vida do Espírito”, Hannah Arendt reflete sobre a questão e afirma que nós, homens, somos criaturas que vivemos em mundo que contém coisas naturais, artificiais, vivas, mortas, transitórias, perenes, que aparecem e, portanto, podem ser vistas, tocadas, cheiradas... por criaturas que também aparecem. Os homens não apenas são dotadas de órgãos sensoriais próprios para captar essas aparências, mas são também dotadas de outras condições de percepção, como imaginação, desejo, aprovação e reprovação, culpa, prazer, etc..... Assim, o que aparece depende, para

aparecer, de um receptor de aparências, em outras palavras, de um espectador. E é no seio desta relação que acontece o que chamamos de ser, de real. Diz ela: “Neste mundo em que chegamos e aparecemos vindos de lugar nenhum, e do qual desaparecemos em lugar nenhum, *Ser e Aparecer coincidem*.”(Arendt, 2009)

Acrescenta ainda a esta compreensão, o fato de que esse espectador pressuposto no aparecer é sempre plural uma vez que, aos homens, a vida é dada sob a condição de ser em conjunto. O Ser ou o Aparecer, portanto, é um acontecimento para e entre os homens no plural.

A aparência do que nos aparece, segundo Arendt, tanto pode disfarçar algo em seu mostrar-se, assim como pode ocultá-lo, ou, ainda, protegê-lo. No entanto, sua função primordial consiste em apresentar um ente em sua identidade. Quanto mais complexo for um ente, mais exclusiva será sua aparência, como ocorre conosco, indivíduos humanos. Mas, no caso específico dos homens, a apresentação da identidade se dá numa peculiaridade. Diz ela que com as demais criaturas orgânicas nós compartilhamos uma espécie de *impulso de autoexposição*, “... uma atividade espontânea; *tudo o que pode ver quer ser visto, tudo o que pode ouvir pede para ser ouvido, tudo o que pode tocar apresenta-se para ser tocado (...)* apresentando e exibindo não o seu “eu interno”, mas a si próprio como indivíduo” (Arendt, 2009). Esse impulso de autoexposição atingiria seu clímax na espécie humana, única criatura que, além desse impulso desenvolve um outro, o *impulso de autoapresentação*, isto é, os homens podem interferir em como querem aparecer para os outros.

Enquanto tocamos nas possibilidades constitutivas do aparecer em geral, estamos no domínio do ontológico, mas quando enfocamos essa possibilidade de intervenção no modo como se quer aparecer para os outros, adentramos também o território da ética e da moral, consequentemente da política. É neste entrecruzamento que a história sobre a mulher de César se insere.

Os homens são criaturas que não se revelam em sua individualidade e identidade unicamente através de sua aparência física: seu corpo, sua face, suas digitais, etc.... Aparecemos para os outros através de nossos gestos e discursos, através de nossos atos e palavras. Somos quem somos, isto é, revelamos e construímos nossa singularidade mediante o que falamos e o que fazemos.

Sócrates refere-se a esse modo do nosso aparecer e sobre essa possibilidade exclusiva de interferir no nosso aparecer para os outros como um dos insights fundantes da nossa moral: “apareça para os outros como gostaria de aparecer para si mesmo” e “apareça para si mesmo como gostaria de aparecer para os outros”.

O reconhecimento da possibilidade humana de autoapresentação lança-nos novamente no território da filosofia e põe em questão a verdade do ser, mais precisamente, a verdade do ser enquanto a verdade do seu aparecer.

Arendt refere esta problemática ao fato de que tudo “o que aparece neste mundo, inclusive nós mesmos, pressupõe um expectador.” (Arendt, 2009) Esse expectador é sempre plural, uma vez que a vida é dada

aos homens sob a condição de ser vivida em conjunto. Assim, *entre os homens, ser* ou o *aparecer* é um acontecimento plural. No seio desta relação plural, “ser” acontece. A pluralidade confere realidade ao que aparece.

Há já alguns anos fui à casa de uma amiga e conheci sua mãe. Começamos a conversar e logo essa senhora me contou que quando ela tinha uns sete anos de idade sua mãe lhe pediu que levasse algo para sua avó, há poucas quadras de distância da sua casa. Sozinha e com muito medo ela se pôs a rezar durante o caminho. De repente, uma luz muito forte apareceu à sua frente e no meio dela estava Nossa Senhora. Nesse ponto, interrompeu sua narrativa e me perguntou qual a Nossa Senhora que tem um rosário nas mãos. De pronto respondi Nossa Senhora do Rosário. A senhora se voltou, então para a filha e lhe disse: “Ouviu, filha, como vi mesmo Nossa Senhora do Rosário”.

Fui presa de uma emboscada armada pela velha senhora, pois quem pergunta como se chama a Nossa Senhora que tem um rosário nas mãos, ou seja, não diz um terço mas sim um rosário, certamente sabe que a resposta correta é Nossa Senhora do Rosário. Mas o que ela queria efetivamente, e acredito sem nenhuma astúcia ou autoconsciência, era companhia para sua experiência. Ela precisava de alguém que desse algum testemunho à sua percepção e, conseqüentemente, conferisse realidade a ela. Ter vivido a experiência solitariamente manteve essa senhora em dúvida sobre o que viveu por mais de setenta anos. Foi a suspeita da veracidade e realidade da experiência solitária que a fazia recontar o episódio sempre que conhecia uma nova pessoa. Só o que percebemos em companhia tem

realidade. Tudo o que é, em seu ser, em sua realidade, só pode ser percebido em conjunto.

As considerações que viemos tecendo se apoiam no pressuposto de que as coisas *não são* o que são em si mesmas ou por si mesmas e, sim, tal como aparecem para nós. Os gregos antigos chamavam à essa percepção de *doxa*, opinião. A percepção do que algo é “em si mesmo” é absolutamente inacessível para nós. O que nos aparece, aparece sempre sob uma perspectiva e por mais que uma percepção seja individual, ela é inexoravelmente compartilhada. A mãe da minha amiga viu uma Nossa Senhora do Rosário, porque era católica. Sua perspectiva era, também, o ponto de vista que compartilhava com outros cristãos e, se sua religião fosse outra, certamente veria algo já talhado por tal crença.

Tudo o que nos aparece, repetindo, sempre se mostra desde o que nos *parece ser*. Este é o mostrar-se mais imediato de tudo e de todos com que nos deparamos. A artista plástica Patrícia Piccinini fez em 2016 uma exposição no Centro Cultural do Banco do Brasil chamada “ComCiência”, apresentando figuras estranhas numa mistura de homens e animais. À primeira vista são criaturas deformadas, aberrações que assustam, incomodam, monstruosas. Mas ao nos aproximarmos delas acabamos encontrando criaturas com olhar e gestos altamente afetuosos e acolhedores. A primeira reação, no entanto, é de uma aversão, pois essas figuras não combinam com o que já sabemos e conhecemos de criaturas vivas e inteligentes, não combinam com a perspectiva na qual estamos habitualmente instalados. Porém, como se tratava de uma exposição artística, nos demo-

ramos junto a essas criaturas e temos tempo de modificar nossa perspectiva, de vê-las de outro lugar.

No nosso dia a dia, todavia, vemos tudo por alto, pelo seu puro aspecto, e somos assim carregados por opiniões superficiais, sem nenhum hábito ou interesse em decodificar o visto, o ouvido ou o sentido, dado o imediatismo e a fluidez do contato. Nossa mais básica e corriqueira perspectiva vê e ouve tudo, mas não vê nem ouve nada efetivamente. É um saber de tudo sem saber de nada. Para Heidegger, este é um modo de ser e de falarmos uns com os outros no cotidiano que nos torna presas em conjunto de um ponto de vista único e leviano, através do qual nos unificamos numa impessoalidade que não nos permite ser alguém em particular, mas somos apenas “a gente”, somos “Alguém”. (Heidegger, 1997)

Para Arendt, esse fenômeno da impessoalidade é constitutivo das massas, que apenas se comportam, obedecem, mas não agem. Agindo os homens se diferenciam efetivamente uns dos outros e não apenas se deixariam levar numa obediência inconsciente e irrefletida. Para as massas, portanto, só interessa o que está na superfície dos eventos, a espuma das coisas.

A perspectiva das massas, que sempre foi articulada e persuadida prioritariamente pela palavra é, hoje, dirigida pelo poder superior da imagem. Foram os primeiros filmes mudos que abriram para nós o império da imagem, estruturais ao cinema, à televisão, à internet. Os hodiernos meios de comunicação têm o saber e o poder de associar imagem e palavra, estruturando uma opinião, uma *doxa*, e nos oferecendo uma direção a seguir,

um o quê fazer, o quê pensar e sentir. A imagem, mais do que a palavra, tem o poder de fazer aparecer o fato e seu sentido. A palavra torna-se a autenticação da imagem que tende a reduzir todo e qualquer esforço de interpretação.

É óbvio que para nossa existência e história humanas as palavras são fundamentais. No Gênesis, depois de ter completado sua criação, Deus chama o homem para andar com Ele pelo mundo e lhe pede para “das às coisas o seu verdadeiro nome”. Sem linguagem não há humanidade. Sem linguagem não há ação. Sem linguagem não há mundo, nem real, não há Ser. “... o que é para ser são as palavras”, afirma Guimarães Rosa pela boca de Riobaldo, no romance “Grande Sertão, Veredas” (Guimarães Rosa, 2019)

As palavras sempre foram compreendidas em seu potencial criador. É o lugar do acontecimento e da expressão da nossa compreensão. A palavra torna vigente o real. Este é seu poder de criação, pois exhibe o sentido de ser daquilo que em si mesmo não tem sentido algum. A palavra repõe e refaz o sentido, a direção, o ser do que aparece numa obscuridade. Ela ilumina nossa consciência. A palavra, pois, é persuasiva. Daí ela ser preciosa para as religiões, para as terapias, para as relações, para educação, para a política.

A persuasão concedida à palavra falada está hoje dada à imagem. Refiro-me à imagem construída e manipulada através das novas tecnologias. Com os recursos da fotografia, TV, internet, a palavra ganha potência multiplicada em sua faculdade de revelar ou de encobrir. De libertar ou dominar.

Se houve um tempo, como na Grécia antiga, em que se pensava que os discursos nos deveriam ‘abrir na verdade’, uma expectativa socrática que reage à manipulação sofista, a expectativa de nossos dias é oposta. A mentira deliberada tornou-se o meio fundamental da política, abrindo espaço e tornando lícita toda e qualquer manipulação ou dominação. Persuadir é convencer, mas convencer pode ser, também, sinônimo de enganar. A mulher de César não precisa ser honesta, basta-lhe parecer ser honesta. Basta-lhe simular honestidade.

Aprendemos hoje, mais do que nunca, que podemos inventar uma história, objetivá-la em discurso e imagem, e essa representação da realidade se tornará a própria realidade. O filme “Mera coincidência” (Barry Levinson, 1997) nos revela essa crença e sua viabilidade. No enredo, o presidente dos Estados Unidos, poucos dias antes da eleição, se vê envolvido em um escândalo sexual e, em consequência, com pouca chance de ser reeleito. Para reverter a situação, seu assessor de marketing inventa uma guerra na Albânia e contrata um produtor de Hollywood para criar ficticiamente esse evento, que deverá ser noticiado pelos jornais e TVs. Cenas de guerra, do cotidiano das pessoas em seu sofrimento, recortes de diversos registros são compostos e, embora o presidente nunca apareça em nenhum momento, o comentário é sobre o que ele estaria fazendo para resolver a situação. Obviamente, o presidente/candidato intervém e soluciona o impasse que teria levado a Albânia à guerra, e ele aparece para o público como um grande estadista. O fato criado desvia, assim, a atenção pública do escândalo sexual que estaria tirando o presidente do jogo

eleitoral, chamando a atenção para outro fato mais apropriado para seus interesses eleitorais. A imagem do candidato é então refeita e ele, reeleito. Contudo, o filme mostra um outro gesto mais nefando no final, pois o publicitário da campanha do presidente, mata o cineasta, temendo que ele tornasse público o feito de ambos.

Alguns documentários sobre o governo de Hitler, entre eles o conhecido documentário **Arquitetura da Destruição** (Peter Cohen, 1989), exibem algumas propagandas nazistas, filmes nos quais se monta a encenação de um acontecimento, divulgando-o como se ele de fato tivesse ocorrido e com o propósito de responsabilizar os judeus pelos problemas político-econômicos da Alemanha. Lembro-me de um em que uma família de judeus é vista morando num casebre muito sujo, cheio de ratos, identificando-os a essas criaturas sujas, abjetas e danosas. Outro filme os mostra como ricos banqueiros, sorridentes, controladores das situações em contraposição a pessoas simples e pobres, entristecidas porque lhes faltava comida à mesa. O propósito era formar uma opinião pública totalmente aversiva e agressiva contra os judeus, além de tornar cabalmente justificados todos os atos cometidos pelo regime nazista contra eles, tais como sua sujeição e extermínio.

A imagem tem a capacidade de parecer ser o registro e a expressão da própria realidade e, justamente por isso, tem a possibilidade de capturar as atenções e promover uma adesão imediata ao apresentado e sugerido, sem dar margem a qualquer suspeita sobre se o fato apresentado ocorreu ou não. Mesmo que o aparente seja uma mera aparência de... tudo o que aparece, não parece ser, simplesmente é.

Essa mesma técnica foi utilizada por Stalin para reconstruir os fatos à medida do que ele queria que os cidadãos acreditassem que tivesse ocorrido e ocultar seus próprios atos. Stalin fazia alterar o registro factual dos eventos, retirar falas e personagens das atas de reuniões e noticiários e apagar das fotografias aqueles que já não lhe interessavam mais e ele queria eliminar. Tirava-lhes a existência, lançava-os no território do não-ser. Stalin apagava pessoas dos registros e das fotografias para apagá-las da memória dos outros, da história. E assim ele, inclusive, preparou terreno para tornar inexistentes os próprios assassinatos que cometeu. Tornou antecipadamente irreais atos efetuados. Não existindo as pessoas assassinadas, não havia assassinato. Em seu livro “1984” George Orwell (George Orwell, 1949) narra esses eventos e procedimentos totalitários na forma de ficção.

Em seu romance “Neve”, Orhan Pamuk (Orhan Pamuk, 2006) expõe o mesmo fenômeno, mas sob outro ângulo: o dono de um jornal noticiava um acontecimento um dia antes da sua ocorrência. A notícia criava o evento, fazia o fato suceder. A ficção científica, também pode, de diversos modos, antecipar uma situação, como o faz de Aldous Huxley em suas obras e, antes dele, Júlio Verne.

Mas o principal da ficção e, mais propriamente, da palavra e da imagem, não é prever o futuro, mas a preparação do real. Em outros termos: a palavra e a imagem organizam o caos do acontecimento e assim nos oferecem sua realidade.

O que queremos e precisamos é que o fato, o discurso, a imagem se ordenem numa sequência de começo, meio e fim. Precisamos de uma

narrativa que apanhe e apresente o evento e seja minimamente plausível, ou seja, que reconheçamos alguma verossimilhança entre o fato e o dito e mostrado sobre o ele. Pois sem essa narrativa, nada, efetivamente, se apresenta. Coisa alguma chega a ser. Palavra e imagem, articuladas, fazem algo aparecer, portanto, fazem algo ser. (Critelli, 2015)

Tenho a impressão de que a grande maioria de nós não quer, como Descartes, defender-se dos enganos, do parecer ser e da mera aparência, mas, simplesmente quer ser salva da obscuridade originária dos fatos em si mesmos, tanto quanto de ter de esforçar-se para compreender os fatos, os feitos e os ditos. O sucesso das informações veiculadas nas redes sociais, que são tomadas como verdades de imediato, sem qualquer suspeita, apoia-se muito nessa tendência de esquivar-se do esforço. É desejo comum que a verdade seja fácil, quer dizer, seja traduzida, interpretada e sem exigências.

Nisto reside, também, uma das razões para o incremento crescente de um dos fenômenos que tem sido evocado para caracterizar nossa própria atualidade como a época da Não-Verdade, as *fake news*. Veja-se as inúmeras agências formais constituídas para a criação e divulgação de notícias falsas, formando a consciência política das massas e direcionando a mobilização social.

Através de um ver por alto, do compreender tudo pela espuma das coisas, pela sua superficialidade, da banalização do saber, projetamo-nos sobre um modo de ser que Heidegger associa à fuga da responsabilidade de ser e que podemos associar à *apolitia*. Seja como for, tanto a fuga da

responsabilidade de ser, quanto a *apolitia* desenvolvem-se sobre a base de um ignorar. Pela ignorância, dificilmente conseguiremos distinguir entre verdade e mentira. Muito menos será possível distinguir uma notícia falsa de outra verdadeira, sobretudo se são mentiras deliberadamente produzidas para enganar e controlar.

No artigo “**Verdade e Política**”, Arendt atenta para o problema fundamental das mentiras deliberadas, que não está numa mera distinção entre elas e a verdade dos fatos. A mentira deliberada promove a desconstrução de um sentido comum e político que, necessariamente, os homens que vivem em conjunto e são membros de uma mesma comunidade, precisam ter. Desconstruindo o senso comum, elas provocam a desorientação dos indivíduos e, conseqüentemente, da sua cidadania. E, uma vez que só agimos diante do que compreendemos e, a partir dessa compreensão é que estabelecemos fins e caminhos, que projetamos um destino, essa desorientação inevitavelmente nos imobiliza (Arendt, 1968).

As mentiras deliberadas negam o mais peculiar do homem e atuam contra ele, investem contra o mais essencial de sua humanidade, que é a condição humana de iniciar algo novo, de agir. As mentiras deliberadas, uma das armas básicas dos movimentos totalitários, objetivam a superfluidade humana em favor das ideologias, tidas não como meios, mas como fins e dogmas incontestáveis. As mentiras deliberadas, instrumentos dos regimes totalitários recusam os homens em seu agir para submetê-los ao compasso do comportamento.

Negando o agir humano, negando sua liberdade, as mentiras deliberadas são, no fundo e na superfície, a negação da própria política, ainda que pareçam ser e se revistam da imagem de verdadeiro comprometimento com o bem comum e falem em nome de meros princípios, ideais e ideologias.

Em nossos dias, as mentiras deliberadas ou se associam às *fake news*, ou se servem delas. Pervertem as democracias, tornando-as meras fantasias para o controle cada vez mais total, portanto, mais totalitário, e que aparece para nós como lobo em pele de ovelha. O terror imposto pelas armas e pela violência dos regimes e governos totalitários do século passado, ganham outro exercício uma vez que aparentemente substituídos pela mentira deliberada e seu manuseio. As armas estão sendo precedidas pelas tecnologias da comunicação e talvez dispensem o recurso a elas. É uma espécie de terror branco, cujo domínio é silencioso.

As ações totalitárias parecem ser o que não são. O poder aprendeu o domínio sem sangue. Não o aprendeu de todo, mas já percorreu mais da metade do caminho. Será esse o nosso destino, sermos cada vez mais conduzidos irrefletidamente, cada vez mais obedientes, abdicados do nosso poder de agir?

Ou ainda podemos esperar que nosso poder de iniciar, como afirmam Santo Agostinho e Hannah Arendt, nos oriente para uma nova liberdade, para uma “*novus ordo saeculorum*” ?

## Referências Bibliográficas

ARENDDT, H. Verdade e Política, in “Entre o Passado e o Futuro”, Ed. Perspectiva, SP, 1968/1972, trad. Mauro W. Barbosa de Almeida

\_\_\_\_\_ - “A Vida do Espírito”, Civilização, RJ, 2009, trad. Cesar Augusto de Almeida e outros

CRITELLI, D. “História Pessoal e Sentido da Vida, EDUC, SP, 2015  
Guimarães Rosa, João - “Grande Sertão, Veredas”, Companhia das Letras, SP, 2019

HEIDEGGER, M. El Ser y el Tiempo, Fondo de Cultura Económica, México, 1997, trad. José Gaos

\_\_\_\_\_ - “Sobre a Essência da Verdade”, Livraria Duas Cidades, 1970, tra. Ernildo Stein

ORWELL, G. “1984”, Companhia das Letras, SP, 2009, trad. Alexandre Hubner e Heloisa Jahn.

PAMUK, O. “Neve”, Companhia das Letras, SP, 2006, trad. Luciano Machado